CARTILHA DE
**BOAS PRÁTICAS
SOCIOAMBIENTAIS**
PARA FORNECEDORES(AS)
E PARCEIROS(AS)

APRESENTAÇÃO DA CARTILHA

Caro(a) fornecedor(a) e parceiro(a),

No GPA, temos trabalhado ao longo desses anos na oferta de produtos que contribuam para um consumo mais responsável e consciente, aperfeiçoando as relações com clientes, fornecedores(as) e demais partes interessadas.

Por isso, a **sustentabilidade é parte da nossa estratégia de negócio e estamos comprometidos(as) com a construção de uma agenda social, ambiental e de governança para uma sociedade mais inclusiva e sustentável.** Se você é nosso(a) fornecedor(a) ou parceiro(a), esperamos que também tenha assumido compromissos com a integridade, a sustentabilidade e a responsabilidade social alinhados com nossos princípios.

Elaboramos esta Cartilha para **auxiliar nossos(as) fornecedores(as) e parceiros(as) na adoção de boas práticas ambientais, sociais e de governança**, assim como para prevenir e mitigar os eventuais impactos negativos e impulsionar as ações positivas em nossa cadeia de fornecimento. Dessa forma, procuramos apoiar as estratégias de negócios e estabelecer critérios para a classificação da nossa cadeia de parceiros(as).

Buscamos também trazer aqui os temas nos quais esperamos que nossos(as) fornecedores(as) e parceiros (as) atuem, buscando sempre a melhoria contínua dos processos, para a construção de uma sociedade mais sustentável e inclusiva. **Contamos com vocês para que possamos evoluir mutuamente na construção de uma cadeia de valor mais responsável.**

Convidamos todos(as) a explorarem a Cartilha, refletirem sobre as sugestões e incorporarem essas práticas em suas empresas, para que juntos possamos transformar nossos esforços em impacto positivo. **Agradecemos por seu engajamento nessa jornada de responsabilidade e sustentabilidade.**

Vamos juntos(as)!

APRESENTAÇÃO
DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO
ESG

COMO VIVENCIAR
O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR
AS TEMÁTICAS
ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E
REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

HISTÓRIA DO ESG

O conceito de **ESG (Environmental, Social e Governance)**, ou ASG (ambiental, social e governança, em português), refere-se a um modelo de gestão pelo qual as empresas identificam, avaliam e gerenciam seus impactos ambientais, sociais e práticas de governança corporativa. Essa abordagem busca **integrar preocupações sustentáveis e éticas nas decisões de negócios**, promovendo a responsabilidade corporativa e a criação de valor a longo prazo, mitigando riscos e impulsionando oportunidades.

Conheça um pouco mais sobre a história do ESG, em suas três grandes vertentes:

AMBIENTAL

Décadas de 1960 e 1970: O movimento ambiental ganhou força com o aumento da conscientização sobre a poluição e seus impactos. Incidentes, como vazamentos de grandes volumes de petróleo e na usina atômica de *Three Mile Island*, nos Estados Unidos, estimularam a criação de regulamentações ambientais.

Década de 1990: Surgimento de acordos internacionais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que debate anualmente as mudanças climáticas, busca encontrar soluções para os problemas ambientais que afetam o planeta e negociar acordos.

As **Conferências das Partes (COP)** têm sido cruciais na definição da agenda climática internacional e na elaboração de acordos e compromissos globais. Abaixo um breve histórico das principais Conferências:

- 1. COP1 (1995, Berlim):** A primeira COP foi marcada pelo início do processo de negociação entre os países desenvolvidos sobre metas e prazos específicos para a redução de gases de efeito estufa. Os países em desenvolvimento não foram incluídos na conferência.
- 2. COP3 (1997, Kyoto):** Nessa conferência, o Protocolo de Kyoto foi aprovado após intensas negociações. Introduziram-se metas obrigatórias de emissões de gases de efeito estufa em 37 países industrializados para o período entre 2008 e 2012.
- 3. COP15 (2009, Copenhague):** A COP de Copenhague tinha como objetivo aprovar um acordo que substituísse o Protocolo de Kyoto. O Brasil, por exemplo, se comprometeu a reduzir entre 36,1% e 38,9% a emissão dos gases de efeito estufa até 2020.
- 4. COP21 (2015, Paris):** O Acordo de Paris foi o principal marco desde o Protocolo de Kyoto. Nesse novo acordo climático global, estabeleceram-se metas ambiciosas para limitar o aquecimento global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e os países desenvolvidos comprometeram-se a investir 100 bilhões de dólares por ano em medidas de combate à mudança do clima e de adaptação em países em desenvolvimento.

Década de 1970: Aumento da atenção para as questões sociais, como direitos civis, igualdade de gênero e condições de trabalho, influenciando as práticas empresariais.

Década de 1990: Aumento do ativismo social, com organizações e consumidores(as) pressionando por práticas empresariais mais éticas e responsáveis.

FATOS HISTÓRICOS QUE MARCARAM O ENGAJAMENTO ÀS CAUSAS SOCIAIS

O engajamento social tem desempenhado um papel fundamental ao longo da história na promoção de mudanças sociais, políticas e ambientais. Conheça abaixo alguns movimentos:

- 1. Movimento pelos direitos civis nos EUA (1950-1960):** Liderado por Martin Luther King Jr. e Rosa Parks, esse movimento lutou contra a discriminação racial e pela igualdade de direitos para os(as) afro-americanos(as) nos Estados Unidos.
- 2. Movimento pelos direitos das mulheres (Século XX):** Lutou pela igualdade de gênero, direitos reprodutivos e combate à violência contra as mulheres. O feminismo contemporâneo foi central nessa luta.
- 3. Movimento Ambientalista (1960-1970):** Com o crescimento da conscientização sobre questões ambientais, como poluição e degradação ambiental, o movimento ambientalista emergiu por meio de organizações sem fins lucrativos, as quais foram fundamentais na promoção da conservação ambiental e na pressão por políticas de proteção ambiental.
- 4. Movimento LGBTQIA+ (1960):** Lutou por direitos e igualdade para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outras identidades de gênero e sexualidades não normativas. Lutas por direitos civis, casamento igualitário e combate à discriminação têm sido centrais para o ativismo LGBTQIA+.
- 5. Movimentos globais contra as mudanças climáticas (Século XXI):** Com a crescente preocupação sobre as mudanças climáticas e seus impactos globais, movimentos como *Fridays for Future* ([consulte o Glossário](#)) têm mobilizado milhões de pessoas em todo o mundo em protestos e greves climáticas, exigindo ações urgentes dos governos e empresas.
- 6. Movimentos antiguerra (diversos períodos):** Ao longo da história, iniciativas antiguerra surgiram em resposta a conflitos específicos, como a Guerra do Vietnã ou as Guerras no Iraque e Afeganistão. Esses movimentos mobilizaram-se contra a violência militar, buscando promover a paz e a diplomacia como alternativas.

GOVERNANÇA

Década de 1980: Escândalos financeiros e falhas de governança corporativa levaram a um foco renovado na necessidade de estruturas de governança mais sólidas.

Década de 2000: O colapso de grandes corporações, com repercussão mundial, aumentou a importância da transparência, responsabilidade e ética nos negócios.

Década de 2010 em diante: O interesse por investimentos socialmente responsáveis cresceu, e as empresas começaram a reconhecer que a integração de práticas ESG não só contribui para o bem-estar da sociedade e do meio ambiente, mas também pode ser benéfica para o desempenho financeiro em longo prazo.

MOMENTOS MARCANTES PARA A GOVERNANÇA

Escândalos financeiros têm sido uma parte infeliz da história econômica ao longo dos anos. Conheça abaixo alguns casos:

- 1. Enron (2001):** Em uma das fraudes financeiras mais famosas da história, a Enron, uma empresa de energia com sede nos Estados Unidos, inflou artificialmente seus lucros e escondeu dívidas significativas usando entidades de propósito especial. Quando o esquema foi descoberto, a empresa faliu e milhares de investidores(as) perderam suas economias.
- 2. Bernard Madoff (2008):** O financista foi condenado por operar o maior esquema Ponzi ([consulte o Glossário](#)) da história, fraudando investidores(as) em mais de 60 bilhões de dólares ao longo de décadas. Ele havia estabelecido respeito e confiança no mercado, especialmente após presidir a Nasdaq, bolsa de valores norte-americana que negocia ações de empresas de tecnologia e se constitui o segundo maior mercado de ações do mundo.
- 3. WorldCom (2002):** Essa empresa de telecomunicações dos EUA foi responsável por um grande escândalo contábil, revelando uma fraude de 11 bilhões de dólares em contabilidade irregular para inflar artificialmente os lucros.
- 4. Parmalat (2003):** A Parmalat, uma gigante italiana de laticínios, entrou em colapso após descobertas de fraudes financeiras de mais de 14 bilhões de euros, resultado de contabilidade fraudulenta e esquemas de financiamentos falsos.

Esses são apenas alguns exemplos notáveis, mas há muitos outros ao longo da história. Escândalos financeiros geralmente envolvem manipulação de informações contábeis, fraudes, esquemas Ponzi e outras práticas desonestas que prejudicam investidores(as), consumidores(as) e a economia como um todo. Eles reforçam a importância de contar com transparência, governança corporativa e regulamentação adequada no mundo financeiro.

IMPORTÂNCIA DO ESG

APRESENTAÇÃO
DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO
ESG

COMO VIVENCIAR
O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR
AS TEMÁTICAS
ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E
REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

Aplicar iniciativas ESG na gestão empresarial vai além do cumprimento da legislação. É uma prática que **incentiva a adoção de políticas e mudanças culturais, tornando-se uma parte essencial da agenda corporativa e do investimento responsável** para enfrentar os desafios globais e atender às expectativas de acionistas, consumidores(as) e outros *stakeholders*.

Além disso, **a agenda ESG oferece benefícios como a mitigação de riscos e a promoção de investimentos sustentáveis**. Em resumo, essa abordagem contribui para a construção de empresas socioambientalmente responsáveis e bem geridas, promovendo negócios mais sustentáveis a longo prazo, gerando valor para sua própria manutenção e para seus públicos de relacionamento, incluindo investidores(as).

COMO VIVENCIAR O ESG NA EMPRESA

V ivenciar o ESG na empresa significa **incorporar práticas sustentáveis, sociais e de governança no dia a dia.** Isso envolve diversas medidas, tais como: economia de recursos naturais e reciclagem para a sustentabilidade ambiental, apoio a projetos sociais, promoção do bem-estar, da saúde e da segurança dos(as) colaboradores(as), responsabilidade social, transparência nos negócios e promoção de uma cultura ética para a governança corporativa eficiente.

A conscientização interna e o *feedback* dos *stakeholders* são essenciais, assim como a integração dos aspectos ESG na tomada de decisões estratégicas. **Essas práticas não só contribuem para um mundo mais sustentável e ético, mas também fortalecem a posição da empresa no mercado,** atraindo investidores(as), clientes e talentos alinhados com esses valores.

O QUE SÃO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E COMO ELES PODEM MELHORAR OS AMBIENTES DE NEGÓCIOS E OS PROGRAMAS ESG DAS ORGANIZAÇÕES?

O desenvolvimento sustentável é um **modelo de crescimento econômico que busca equilibrar o progresso humano com a preservação do meio ambiente e a promoção da justiça social**. Ao entendermos e praticarmos esses princípios, devemos incluir ações alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para um mundo mais justo, saudável e próspero.

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** são uma iniciativa global lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, como um plano global para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade até 2030. No total são 17 objetivos interconectados, que abrangem áreas como erradicação da pobreza, educação de qualidade, igualdade de gênero, energia limpa, entre outros. Para cada objetivo há várias metas a serem atingidas até 2030 (no total são 169 metas). Veja um resumo:

- 1. Erradicação da pobreza:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, garantindo que todas as pessoas tenham acesso a recursos básicos como comida, água e moradia.
- 2. Fome zero e agricultura sustentável:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3. Saúde e bem-estar:** Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as idades, incluindo a saúde mental.
- 4. Educação de qualidade:** Assegurar educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos(as).
- 5. Igualdade de gênero:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6. Água potável e saneamento:** Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos(as).
- 7. Energia limpa e acessível:** Assegurar o acesso a energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos(as).
- 8. Trabalho decente e crescimento econômico:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos(as).
- 9. Indústria, inovação e infraestrutura:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10. Redução das desigualdades:** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- 11. Cidades e comunidades sustentáveis:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12. Consumo e produção responsáveis:** Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.
- 13. Ação contra a mudança global do clima:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
- 14. Vida na água:** Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15. Vida terrestre:** Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e deter e reverter a degradação da terra.
- 16. Paz, justiça e instituições eficazes:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- 17. Parcerias e meios de implementação:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O QUE É O PACTO GLOBAL DA ONU E POR QUE SUA ADESÃO É IMPORTANTE PARA A SUA EMPRESA?

Desde 2003, somos signatários do **Pacto Global da ONU**, iniciativa criada em 2000 para encorajar o diálogo e engajar empresas, governos, sociedade civil e organizações na adoção de dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Assim, assumimos compromisso com o **desenvolvimento de um mercado global mais justo, inclusivo e sustentável**, fortalecendo nossa posição como uma organização líder na promoção da governança pública e da sustentabilidade no Brasil, com práticas de negócios éticas, transparentes e socialmente responsáveis.

As diretrizes da iniciativa foram pensadas para serem aplicadas universalmente e atenderem a diferentes setores da economia, independentemente da nacionalidade da organização.

Considerada a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, o Pacto Global é integrado atualmente por mais de 11 mil companhias de 156 países.

Ao integrar o Pacto Global da ONU, a empresa assume o compromisso de alinhar-se à Agenda Global de Sustentabilidade 2030, prestar contas à sociedade dos progressos realizados e implementar os dez princípios universais:

Rede Brasil

DIREITOS HUMANOS

TRABALHO

MEIO AMBIENTE

ANTICORRUPÇÃO

Direitos humanos

1. Apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
2. Assegurar-se de sua não participação em violações desses direitos.

Trabalho

3. Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
5. A abolição efetiva do trabalho infantil.
6. Eliminar a discriminação no emprego.

Meio ambiente

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Anticorrupção

10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Caso sua empresa se interesse ou queira saber mais sobre a adesão ao Pacto Global da ONU no Brasil, entre no [link](#) e confira como aderir.

COMO APLICAR AS TEMÁTICAS ESG NA EMPRESA?

APRESENTAÇÃO DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO ESG

COMO VIVENCIAR O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR AS TEMÁTICAS ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

Assim, apresentamos algumas iniciativas que sua empresa pode adotar e/ou reforçar a sua estratégia ESG. Para começar essa trajetória, é importante se aprofundar na operação e na estratégia da empresa.

Para isso, sugerimos iniciar pelo processo de **materialidade**, que permite identificar quais são os aspectos ambientais, sociais e de governança que têm maior impacto sobre os negócios, o meio ambiente e as pessoas, assim como influenciam a tomada de decisão dos seus públicos de relacionamento (como clientes, investidores(as), colaboradores(as), fornecedores(as) e comunidades).

Identificar e avaliar esses temas relevantes auxilia a focar esforços e recursos em áreas que têm o maior impacto e importância para o sucesso de longo prazo, atendendo a expectativas e necessidades dos diferentes públicos. Por isso, é muito importante conhecer bem o seu negócio e adotar processos que ajudem a definir os temas prioritários e aqueles de maior impacto e interesse para seus públicos de relacionamento.

A **materialidade** é uma ferramenta essencial na gestão de temas prioritários da agenda ESG de uma empresa. Para isso, esses temas devem ser integrados em sua estratégia de negócio, assegurando sua continuidade e constante evolução, respondendo de forma proativa aos desafios e oportunidades. É ainda importante atualizar a materialidade periodicamente para garantir a conexão da empresa com o momento atual.

Após finalizado o processo de materialidade e definidos quais são os temas de atuação prioritária, é importante implementar um plano de ação com:

- **Diagnóstico:** Realizar uma avaliação inicial para identificar onde sua empresa se encontra em relação às práticas ESG e cada um dos temas definidos como prioritários. Utilize questionários, auditorias e consultorias especializadas que possam apoiar e subsidiar as discussões e definições.
- **Áreas e times envolvidos:** Definir quais áreas e times internos que estão direta ou indiretamente envolvidos em cada um dos temas definidos como prioritários, fortalecendo a responsabilidade compartilhada na aplicação do plano de ação.
- **Medir o avanço das iniciativas:** Definir indicadores de desempenho que permitam acompanhar e mensurar regularmente o progresso das iniciativas ESG, assim como avaliar e monitorar regularmente os impactos provocados pela empresa. Esse processo apoia a evolução e eventual mudança de rota, se necessário.
- **Ambições:** Definir metas claras e mensuráveis para direcionar as práticas ambientais, sociais e de governança. Essas metas podem ser estabelecidas para curto prazo (5 anos), médio prazo (10 anos), e longo prazo (20 anos).
- **Transparência:** Adotar práticas de transparência na gestão da estratégia definida, divulgando informações financeiras e operacionais de forma clara e acessível, com elementos relevantes para os diferentes públicos de relacionamento.

Você sabia?

No GPA, atualizamos de forma bianual nossa materialidade, reforçando nosso compromisso em revisar os temas materiais, com vistas a identificar os aspectos que afetam nossa geração de valor, assim como os impactos das atividades da Companhia. Consideramos, ainda, o cenário global, as tendências e os temas emergentes relativos à sustentabilidade, principais índices ESG do mercado de capitais, nossa matriz de riscos socioambientais e o conceito de dupla materialidade.

AMBIENTAL

APRESENTAÇÃO
DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO
ESG

COMO VIVENCIAR
O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR
AS TEMÁTICAS
ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E
REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

MEIO AMBIENTE

APRESENTAÇÃO DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO ESG

COMO VIVENCIAR O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR AS TEMÁTICAS ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

Air, água, solo, terra e biodiversidade são cruciais para a existência humana atual e futura no planeta Terra. Assim, preservar o meio ambiente é essencial para equilibrar esses componentes e evitar consequências graves, como os impactos das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e escassez de recursos, as principais ameaças que enfrentamos hoje como efeito da degradação causada por atividades humanas.

É importante que cada indivíduo, seja pessoa física ou jurídica, adote práticas sustentáveis e desempenhe um papel positivo na preservação do meio ambiente.

PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Os princípios da responsabilidade ambiental são diretrizes que orientam organizações, governos e indivíduos na promoção de práticas sustentáveis e de preservação do meio ambiente. Isso inclui princípios como precaução, prevenção, poluidor-pagador e desenvolvimento sustentável.

O ponto de partida para um(a) fornecedor(a) preocupado(a) com a responsabilidade ambiental em seus negócios é o **desenvolvimento de uma política ambiental**. Essa política deve ser alinhada com a prevenção de impactos, o atendimento a requisitos legais e a melhoria contínua de seu sistema de gestão, para assim assegurar o desenvolvimento sustentável.

UTILIZAÇÃO CONSCIENTE DOS RECURSOS NATURAIS

APRESENTAÇÃO DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO ESG

COMO VIVENCIAR O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR AS TEMÁTICAS ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

A utilização consciente dos recursos naturais envolve práticas responsáveis e sustentáveis para atender às necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações. Princípios-chave incluem priorizar recursos renováveis, promover eficiência energética, incentivar reciclagem e reutilização, preservar a biodiversidade, conservar água, adotar práticas agrícolas sustentáveis, educar consumidores(as) e estar sempre em conformidade com a legislação. **Essas medidas são cruciais para preservar a saúde do planeta, melhorar a qualidade de vida e proteger a biodiversidade.**

As ações para o uso eficiente e racional de recursos podem e devem ser customizadas e estar alinhadas com o tipo de negócio e operações da empresa:

- **Adotar energias renováveis:** Investir em fontes de energia limpa, como solar, eólica e hidrelétrica, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e as emissões de gases de efeito estufa.
- **Conservar a água:** Implementar práticas para a redução do consumo e desperdício de água a partir do reúso, instalação de dispositivos economizadores e a manutenção de sistemas de irrigação eficientes.
- **Proteger a biodiversidade:** Verificar o impacto de suas atividades e adotar ações mitigadoras, apoiar a conservação de habitats naturais, áreas protegidas e espécies em perigo, participar de iniciativas de reflorestamento e combater o comércio ilegal de animais selvagens.
- **Agricultura sustentável:** Apoiar técnicas agrícolas sustentáveis, como a agricultura orgânica, agroecologia e permacultura ([consulte o Glossário](#)), que respeitam os ciclos naturais, promovem a saúde do solo e reduzem o uso de produtos químicos.
- **Reduzir a geração de resíduos:** Praticar os “3Rs” (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), minimizando o consumo de produtos e matérias-primas, reutilizando itens sempre que possível e separando corretamente resíduos para reciclagem e/ou compostagem, evitando a destinação para aterros sanitários.

Você sabia?

No GPA, possuímos uma Política de Gestão Ambiental que apresenta os princípios, os compromissos e as diretrizes que orientam nossa atuação, de nossos(as) colaboradores(as) e prestadores(as) em aspectos de sustentabilidade e gestão ambiental, além de zelar pelo cumprimento das legislações vigentes.

Confira no link:
<https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

Gestão de recursos

Promover a gestão de recursos envolve adotar práticas eficientes e sustentáveis. Estratégias e ações importantes incluem uma avaliação inicial abrangente, o estabelecimento de metas mensuráveis e de sistemas de monitoramento para acompanhar o uso de recursos – tomando medidas cabíveis quando necessário.

Medidas importantes para manter e evoluir nessa prática são o uso de tecnologias e ferramentas para **eficiência energética e gestão de resíduos**, treinamento e conscientização constante dos(as) colaboradores(as), inovação em processos, obtenção de certificações ambientais (como ISO14001 e ISO9001) e colaboração com parceiros(as).

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A proteção da biodiversidade, a execução de medidas de combate ao desmatamento e a gestão sustentável dos recursos naturais são temas centrais para a conservação e preservação dos ecossistemas. Aqui estão alguns exemplos de ações que sua empresa pode adotar:

Proteção da biodiversidade

- **Conservação de habitats naturais:** Apoiar e participar de iniciativas de conservação de áreas protegidas, como parques nacionais, reservas naturais e áreas de preservação permanente, que são essenciais para a manutenção da biodiversidade.
- **Restauração de ecossistemas:** Engajar-se em projetos de reflorestamento e restauração de ecossistemas degradados, plantando árvores nativas e promovendo a recuperação de habitats naturais.
- **Preservação de espécies ameaçadas:** Apoiar programas de conservação e reprodução de espécies em perigo de extinção, contribuindo para a proteção e recuperação da diversidade biológica.

Essas ações também devem ser respeitadas quando da própria operação e/ou instalação das operações da empresa.

Você sabia?

No GPA, adotamos algumas práticas na gestão de nossa cadeia de valor, implementadas em todas as unidades do Grupo. Contamos com procedimento para receber pescados frescos, que monitora a qualidade e o atendimento às legislações pelos(as) fornecedores(as) de pescados, avaliando critérios, como época de defeso. Não comercializamos nenhuma espécie ameaçada e estimulamos o consumo de espécies menos conhecidas (como piracuru, cavala, carapau, pargo-rosa e xaréu) para assim diversificar a procura, reduzindo assim o impacto concentrado em apenas algumas delas, a exemplo de salmão, tilápia e bacalhau.

Confira mais ações em nossas políticas <https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

Combate ao desmatamento:

- **Consumo consciente de produtos florestais:** Optar por produtos certificados (madeira, papel e celulose de manejo sustentável).
- **Rastreabilidade de commodities:** Buscar conhecer a procedência dos produtos comumente associados ao desmatamento, como a carne bovina e a soja.
- **Educação e conscientização:** Informar-se e conscientizar outras pessoas sobre a importância das florestas para o equilíbrio climático, a biodiversidade e o bem-estar humano.

Você sabia?

No GPA, atuamos há mais de uma década próximos aos(as) fornecedores(as), governos, instituições fiscalizadoras e organizações da sociedade civil para definir e difundir as melhores práticas para combater o desmatamento e a conversão de vegetação nativa nas cadeias de fornecimento. Confira mais em nossas políticas: <https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

GESTÃO DE RESÍDUOS

A reciclagem é um processo transformador que converte resíduos em novos insumos e produtos, como embalagens, peças de metal e de plástico e até mesmo energia. O ciclo se inicia na coleta seletiva, onde o lixo é separado em categorias como papel, plástico, vidro e metal. Os materiais recicláveis são então encaminhados para cooperativas ou centros de reciclagem, onde ocorre uma triagem detalhada para assegurar a reciclagem eficiente.

A reciclagem não apenas reduz a quantidade de resíduos em aterros, mas também preserva recursos naturais, economiza energia e minimiza a poluição.

É importante promover programas internos apropriados para gerenciar os resíduos gerados em suas operações, de forma a possibilitar alternativas viáveis de recuperação e reciclagem.

O princípio dos “3 Rs”

Os “3Rs” – de Reduzir, Reutilizar e Reciclar – orientam a adoção de práticas mais conscientes e responsáveis em relação ao consumo e ao descarte de recursos.

Os 3Rs nos oferecem um guia prático para reduzir o consumo, reusar recursos e a reciclar materiais, contribuindo para a preservação dos recursos naturais, a redução dos impactos ambientais e a construção de um futuro mais sustentável e equitativo para todos(as).

Reduzir:

- **Consumo consciente:** Consumir apenas o que é necessário e comprar produtos duráveis e de qualidade, evitando o desperdício, o consumo excessivo e supérfluo.
- **Energia:** Reduzir o consumo de energia, desligando equipamentos elétricos quando não estiverem em uso e optando por fontes de energia mais eficientes e sustentáveis.
- **Água:** Adotar práticas de uso consciente da água, como consertar vazamentos, instalar dispositivos economizadores e reutilizar a água sempre que possível.

Reutilizar:

- **Produtos:** Dar uma segunda vida aos produtos e materiais, reutilizando itens sempre que possível, seja reparando, reformando ou transformando-os em algo novo.
- **Embalagens:** Optar por embalagens reutilizáveis ou retornáveis e, sempre que possível, evitar o uso de embalagens descartáveis.
- **Materiais:** Utilizar materiais reciclados ou reutilizados, incentivando a economia circular e reduzindo a necessidade de extração de recursos naturais.

Reciclar:

- **Separar resíduos:** Separar e destinar corretamente os resíduos gerados para a reciclagem, como papel, plástico, vidro e metal.
- **Compostagem:** Transformar resíduos orgânicos em composto por meio da compostagem, aproveitando restos de alimentos e resíduos de jardim para fertilizar o solo e reduzindo a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários.
- **Incentivar a reciclagem:** Apoiar programas de reciclagem locais, educar e conscientizar os(as) colaboradores(as) sobre a importância da reciclagem e incentivar a adoção de políticas públicas e empresariais que promovam a reciclagem e a economia circular.

Como fazer a gestão de resíduos

Para iniciar a jornada de gestão responsável de resíduos, uma empresa deve buscar engajar todos(as) os(as) colaboradores(as) nesse propósito. As ações incluem **implantação de coleta seletiva, conscientização sobre a redução do desperdício de materiais** (como papel e copos descartáveis), **estímulo à reutilização criativa de itens, treinamentos regulares sobre a importância da gestão de resíduos, descarte adequado de produtos químicos e resíduos perigosos** e estabelecimento de métricas para monitorar o progresso na gestão de resíduos.

Por isso, é essencial optar por empresas especializadas para gerenciar seus resíduos para garantir que sejam tratados de forma sustentável e destinados com as melhores práticas e tecnologias disponíveis no mercado.

É imprescindível ainda criar ferramentas e procedimentos apropriados para contabilizar os volumes de resíduos gerados e assim possibilitar a definição de objetivos e metas para otimizar e reduzir a geração dos resíduos.

Você sabia?

No GPA, temos diversas iniciativas para reduzir embalagens de nossos produtos de marcas próprias, assim como substituir materiais (como papel no lugar de plástico). Além disso, mantemos Estações de Reciclagem em lojas do Pão de Açúcar para receber resíduos recicláveis dos(as) nossos(as) clientes, os quais são doados para cooperativas de catadores(as). Saiba mais sobre essas ações em nosso [Relatório de Sustentabilidade](#).

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Os gases de efeito estufa (GEE) atuam como uma manta sobre o planeta Terra. Esses gases são compostos químicos, como dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, que absorvem parte do calor do sol, evitando que ele escape de volta para o espaço. Mas quando há muita emissão desses gases, como acontece devido às atividades humanas, essa cobertura fica grossa demais. Isso causa um aumento exagerado na temperatura do planeta, conhecido como aquecimento global.

Os gases de efeito estufa e seu impacto nas mudanças climáticas

As mudanças climáticas estão alterando os padrões climáticos globais, causando uma série de impactos negativos no meio ambiente, na economia e na sociedade. Aqui estão alguns dos principais riscos associados às mudanças climáticas e formas de mitigá-los:

Riscos das mudanças climáticas:

- **Aquecimento global:** O aumento das temperaturas médias globais está causando o derretimento de calotas polares, a elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos (secas, enchentes, ciclones e furacões).
- **Alterações nos padrões de precipitação:** Mudanças nos padrões de chuvas e secas estão afetando a disponibilidade de água doce, a agropecuária e os ecossistemas aquáticos.
- **Perda de biodiversidade:** O aquecimento global e as alterações climáticas estão contribuindo para a extinção de espécies e a degradação de habitats naturais.
- **Impactos na saúde humana:** As mudanças climáticas podem aumentar o risco de doenças transmitidas por vetores, como a malária e a dengue, e afetar a qualidade do ar e a segurança alimentar.
- **Impactos socioeconômicos:** Os eventos climáticos extremos podem causar danos significativos à infraestrutura e à economia, afetando principalmente as comunidades vulneráveis.

Como mitigar os riscos das mudanças climáticas:

- **Redução das emissões de GEE:** Adotar fontes de energia limpa e renovável (eólica e solar, por exemplo), promover a eficiência energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis (diesel, gasolina e gás natural).
- **Preservação e restauração de ecossistemas:** Conservar florestas, manguezais, corais e outros ecossistemas naturais que promovem a resiliência climática.
- **Adaptação e resiliência climática:** Desenvolver e implementar estratégias de adaptação para fortalecer a resistência de comunidades, infraestruturas e ecossistemas diante dos impactos das mudanças climáticas.
- **Agricultura sustentável:** Promover práticas agrícolas sustentáveis, agroecologia e agricultura de conservação para aumentar a resiliência dos sistemas de produção de alimentos.
- **Educação e conscientização:** Promover a educação ambiental e a conscientização sobre as mudanças climáticas, incentivando a participação na busca por soluções sustentáveis e na defesa de políticas públicas ambientalmente responsáveis.

A importância de mapear as emissões de GEE

Para mitigar os riscos das mudanças climáticas, o primeiro passo é **identificar e mapear as emissões de GEE diretas** (decorrentes de atividades controladas pela empresa) e **indiretas** (compra e uso de energia e de fontes fora do controle direto). Mapear e identificar quais são as principais fontes de emissões, o que é essencial para compreender e gerenciar o impacto ambiental de uma empresa.

Fazer o **inventário de emissões** ajuda a melhorar a reputação no mercado ao chamar a atenção de investidores(as) sobre o tema, promovendo a transparência dos processos operacionais e mostrando a todos os grupos de relacionamento envolvidos como a empresa está lidando em relação às mudanças climáticas. Além disso, em alguns estados brasileiros, órgãos ambientais solicitam para empresas de determinados setores a elaboração de um inventário de gases de efeito estufa para, por exemplo, liberar uma licença de instalação ou operação.

Em resumo, além de cumprir responsabilidades ambientais, o mapeamento promove transparência e oferece benefícios reputacionais, promovendo a sustentabilidade.

Para desenvolver esse processo, podem ser utilizadas ferramentas e programas já estabelecidos no mercado, como:

- **Programa Brasileiro GHG Protocol:** Responsável pela adaptação do método *GHG Protocol* ao contexto brasileiro desde 2008, é desenvolvido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces) e World Resources Institute (WRI).

- **CDP:** Instituição não governamental global que mobiliza investidores(as), companhias e autarquias governamentais com o objetivo de construir e acelerar ações colaborativas para mitigar os impactos em relação às mudanças climáticas. Aplica anualmente um questionário em que as empresas apresentam suas práticas e gestão de riscos em relação ao clima.

O mapeamento e a identificação das fontes de emissões são etapas para elaborar o inventário dos gases de efeito estufa e são essenciais para determinar ações para reduzir os possíveis impactos.

Você sabia?

Desde 2010, monitoramos as emissões de gases de efeito estufa do GPA de acordo com as especificações do Programa Brasileiro *GHG Protocol*. Respondemos também ao CDP e integramos o índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, onde são negociadas nossas ações.

Conheça nossos compromissos públicos relacionados ao tema em: <https://www.gpabr.com/sustentabilidade/mudancas-climaticas/>

Entendendo os escopos 1, 2 e 3

Confira a seguir quais são os tipos de emissões de GEE e como elaborar seu inventário.

As emissões são classificadas como de escopos 1, 2 e 3, que **representam as categorias associadas às diferentes atividades de uma organização**. Eles foram estabelecidos pelo GHG *Protocol* como uma forma de auxiliar a identificar, mensurar e gerenciar o tema de forma mais eficaz ao longo de sua cadeia de valor. Veja a seguir quais são esses escopos.

Escopo

1 - Emissões diretas: São provenientes de fontes de propriedade ou controle direto da empresa, como combustão de combustíveis fósseis em instalações próprias, emissões de processos industriais e emissões de veículos da frota própria. Incluem também, por exemplo:

- Emissões de CO₂ de uma caldeira a diesel em uma fábrica.
- Emissões de metano de aterros sanitários ou processos industriais.
- Emissões de gases fluorados de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado.

- **Escopo 2 - Emissões indiretas provenientes de energia adquirida:** Associadas à compra e ao consumo de eletricidade, aquecimento ou resfriamento, geralmente provenientes de fontes externas, como redes elétricas nacionais. Incluem ainda, por exemplo:
 - Emissões de CO₂ associadas à eletricidade adquirida de uma rede elétrica que utiliza carvão como fonte primária de energia.
 - Emissões de gases de efeito estufa de energia térmica comprada de uma central a gás natural.

Escopo 3 - Outras emissões indiretas: Decorrentes de atividades da empresa, mas que ocorrem na cadeia de valor, ou seja, a partir de fontes que pertencem ou são controladas por terceiros(as), como fornecedores(as), clientes, transporte de bens e serviços, uso de produtos vendidos e descarte de resíduos. Incluem, por exemplo:

- Emissões resultantes de viagens de negócios dos(as) colaboradores(as).
- Emissões associadas ao transporte dos(as) colaboradores(as) desde sua residência até o local de trabalho.
- Emissões de CO₂ provenientes da produção de matérias-primas adquiridas de fornecedores(as).
- Emissões de GEE resultantes do uso de produtos vendidos, como a combustão de gasolina em veículos pelo(a) cliente final.
- Emissões de metano de resíduos descartados em aterros sanitários por terceiros(as).

Ao identificar e quantificar suas emissões em cada escopo, as empresas podem desenvolver estratégias eficazes para reduzir sua pegada de carbono, adotar práticas sustentáveis e contribuir para os esforços globais de combate às mudanças climáticas.

Elaboração do inventário de GEE

O primeiro passo é **definir qual ou quais metodologias e diretrizes de cálculo serão utilizadas** para elaborar o inventário. Utilizar uma diretriz de cálculo que não é adequada para a sua empresa ou que não abrange as particularidades do país de referência, pode distorcer o cálculo das emissões. A maior parte das organizações utiliza como principal norma a **ISO 14064**, que orienta quantificar e elaborar relatórios de emissões e remoções de gases de efeito estufa, e segue as diretrizes e especificações do **GHG Protocol**.

A seguir, deve-se **determinar o ano-base a ser comparado e o ano inicial do inventário**. Nessa etapa, é importante estabelecer os limites organizacionais e operacionais que irão compor o inventário, ou seja, quais as unidades operacionais da sua empresa que serão englobadas nele.

Deve-se relatar 100% das emissões referentes ao controle operacional, ou seja, todas as atividades que são controladas diretamente pela sua empresa. Caso a empresa possua participação societária em outra companhia, deve relatar as emissões correspondentes ao percentual de participação.

Posteriormente, é necessário **definir quais emissões serão reportadas** (escopos 1, 2 e/ou 3) e identificar as fontes de emissão e redução de GEE para possibilitar a coleta dos dados de atividades e subsidiar as próximas etapas de cálculo.

Genericamente, os cálculos de emissões são realizados pela multiplicação dos dados das fontes de GEE (como, por exemplo, o consumo de combustíveis) por um fator de emissão. Os fatores de emissão podem ser derivados da literatura científica ou ser desenvolvidos para a empresa, considerando especificidades e tecnologias empregadas.

Existem ferramentas *online* para o cálculo de emissões, incluindo uma planilha de [Microsoft Excel](#) disponibilizada pelo Programa Brasileiro do *GHG Protocol*. Também consultorias atuam no desenvolvimento de inventários de GEE com o apoio de *softwares* de gestão de emissões que podem ser integrados aos sistemas internos da empresa.

Você sabia?

O Programa Brasileiro *GHG Protocol* possui um Registro Público de Emissões que permite às empresas publicarem seus inventários. Outras iniciativas voluntárias, como o CDP e o ICO2 da B3, também permitem a transparência por meio do relato das emissões de GEE das companhias de capital aberto.

Construção de um plano de mitigação de emissões

Com base nas informações do inventário de GEE, pode-se analisar **quais etapas do processo apresentam as maiores emissões** e a partir daí definir ações e prioridades para reduzir as emissões de carbono da empresa.

As metas de redução podem ser estabelecidas de diferentes formas, como:

- Meta(s) para as emissões totais (Escopo 1 + Escopo 2 + Escopo 3);
- Meta(s) para as emissões totais de somente um escopo (Escopo 1 ou Escopo 2 ou Escopo 3);
- Meta(s) para as emissões de cada categoria dos diferentes escopos (ex. fontes móveis e fontes fixas de Escopo 1).

A seguir, é importante **definir a data final para o alcance da meta** (se será de curto ou longo prazo) e **desenvolver um plano de ação que deve conter medidas para evitar, reduzir ou mitigar as emissões** e os desperdícios. O plano inclui o tempo de aplicação das iniciativas, o grau de retorno que pode ser alcançado e outros aspectos que dependem das características de cada empresa, da disposição e do empenho em colocar em prática as providências necessárias.

- **Ações para evitar emissões:** Trocar atividades ou processos que sejam intensivos em emissões de GEE por outros de menor intensidade, deixando de emitir determinada quantidade de GEE ou determinado gás de efeito estufa. Exemplo: substituir os gases dos sistemas de refrigeração por outros de menor Potencial de Aquecimento Global.
- **Ações para reduzir emissões:** Promover maior eficiência e reduzir desperdícios. Essas ações permitem diminuir emissões que, no entanto, não deixarão de ocorrer. Exemplo: adotar energia de fontes renováveis, implementar iniciativas de eficiência energética.
- **Compensação:** Para as emissões que não podem ser evitadas, as medidas de compensação devem ser tomadas como última alternativa, a fim de não ocultar as necessidades de evitar e/ou reduzir as emissões. As medidas mais usuais de compensação incluem reflorestamento e/ou negociação de crédito de carbono.

Atualmente, a compensação das emissões não é obrigatória no Brasil, ou seja, não há regulamentações que obriguem as empresas a compensar suas emissões. Está em tramitação no Congresso um projeto que cria o mercado regulado de carbono. Assim, as empresas que mais emitem GEE deverão compensar suas emissões com a compra de títulos. Já as que não atingiram o limite ganharão cotas a serem vendidas no mercado. Já existe um mercado voluntário, mas com pequeno volume de negociações. Os benefícios para empresas que adotam medidas de compensação incluem ganho de reputação, posicionamento em relação à concorrência e geração de vantagem competitiva.

GESTÃO DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NAS CADEIAS DE VALOR

Você sabia?

No GPA, trabalhamos de forma integrada e com nossos(as) fornecedores(as) e parceiros(as) para mitigar os riscos prioritários.

A partir desses riscos, fazemos, de forma recorrente, um estudo de cadeias críticas que identifica em uma matriz quais são aquelas de maior risco socioambiental em nossos negócios, de acordo com um mapeamento reputacional, impacto no faturamento e outros critérios. Atualizado de forma bianual, nele classificamos as categorias de produtos prioritárias e, para cada uma delas, definimos direcionamentos estratégicos e planos de ação que contemplam as etapas de homologação, rastreabilidade, monitoramento e engajamento de fornecedores(as). Confira mais no link <https://www.gpabr.com/sustentabilidade/cadeia-de-valor/>

A cadeia de valor representa as atividades que uma empresa realiza para produzir, comercializar, entregar e dar suporte aos(as) que adquirem seus produtos ou serviços. Inclui desde o processo de planejamento, relacionamento com fornecedores(as), agregação de valor e comercialização de produtos ou serviços.

Com a evolução da temática ESG, novos aspectos foram incorporados na análise das cadeias produtivas. Assim, além de **alinhar as práticas socialmente responsáveis e gerir eventuais impactos socioambientais**, torna-se fundamental antecipar e gerenciar riscos, identificar novas oportunidades de negócio e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, remodelando e/ou aprofundando relações com clientes, colaboradores(as) e, sobretudo, fornecedores(as).

Precisam ainda ser considerados aspectos de autorregulação, criados vínculos e alianças estratégicas com parceiros(as) de negócios, além de desenvolver conjuntamente inovações em processos e produtos com foco exatamente em sustentabilidade. Assim, **atende-se também às demandas de um(a) consumidor(a) cada vez mais exigente, que busca informações sobre os processos produtivos** das empresas ao longo da cadeia.

Práticas essenciais incluem o mapeamento da cadeia de valor, avaliação de impacto em diferentes estágios, engajamento de públicos de interesse, desenvolvimento de políticas internas, escolha de fornecedores(as) responsáveis, treinamento de colaboradores(as), monitoramento contínuo, resposta a incidentes, transparência e comunicação eficaz.

Devem ainda ser criados **procedimentos e metodologias** para avaliar a própria cadeia de fornecedores(as). Por isso, é importante conhecer profundamente quem são seus(uas) parceiros(as) de negócio e classificar quais os riscos associados a eles(as) em suas relações comerciais. O importante é estabelecer formas para mitigar os riscos associados aos(as) seus(uas) fornecedores(as) e assim garantir que estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela empresa para um relacionamento sustentável.

Processos documentados têm de ser estabelecidos para garantir que a cadeia de fornecimento da empresa é qualificada, seja por meio de avaliações documentais de conformidade, auditorias remotas ou visitas técnicas. Veja alguns exemplos práticos de **como uma empresa pode implementar a gestão de sua cadeia de valor considerando riscos socioambientais:**

Definir um **procedimento com regras** e critérios técnicos de como um(a) novo(a) fornecedor(a) e/ou prestador(a) de serviços pode ser homologado(a) e qualificado(a), ou mantido(a) durante o período de fornecimento;

Solicitar **documentos legais e outros** que a empresa entenda ser importante para validar a conformidade legal do(a) potencial fornecedor(a).

Criar **listas ou planilhas com a relação detalhada de todos(as) os(as) fornecedores(as)**, podendo dar maior ênfase para

aqueles(as) que têm uma relação comercial mais significativa ou classificá-los(as) pelo potencial impacto negativo que possam causar a empresa.

Avaliar periodicamente se os(as) fornecedores(as) e/ou prestadores(as) de serviços estão entregando os produtos e/ou serviços dentro dos critérios estabelecidos e qualidade esperada, além de realizar **visitas presenciais ou implementar metodologias de autoavaliação** para validar se as condições técnicas do(a) fornecedor(a) estão sendo atendidas de forma adequada.

Apoiar o desenvolvimento de fornecedores(as) por meio de **programas de capacitação**, estimulando a inovação e as práticas sustentáveis, fortalecendo a cadeia produtiva e o crescimento coletivo do setor e das organizações envolvidas.

RASTREABILIDADE DE COMMODITIES

Um sistema de rastreabilidade de *commodities* reúne um conjunto de medidas **para acompanhar e monitorar a origem do produto**, assim como a documentação da cadeia de produção, distribuição e comercialização de produtos desde a origem até o(a) consumidor(a) final. Há controles das entradas e saídas desses produtos nas unidades, sejam elas produtivas, processadoras ou distribuidoras, visando garantir a origem e a qualidade do produto.

Essencial no setor agropecuário, **garante transparência, segurança alimentar, sustentabilidade e responsabilidade social**. Esse processo permite identificar e mitigar potenciais riscos relacionados ao desmatamento e a condições de trabalho no campo, por exemplo.

A implementação de um processo de rastreabilidade inclui a **identificação e registro de lotes, uso de tecnologias, compartilhamento transparente de informações, adesão a certificações, gestão de segurança alimentar, promoção da sustentabilidade, responsabilidade na cadeia de suprimentos e o cumprimento de regulamentações específicas**. A implementação eficaz desses sistemas beneficia as empresas, atendendo às expectativas dos(as) consumidores(as) e promovendo práticas éticas e sustentáveis.

Sua empresa pode criar procedimentos e rotinas que permitam documentar todas as etapas da operação, garantindo que o(a) fornecedor(a) fez o controle do processo de forma assertiva e usou as melhores práticas e tecnologias disponíveis, além de assegurar que requisitos específicos de seus(uas) clientes foram atendidos de forma satisfatória.

Você sabia?

No GPA, todos(as) os(as) fornecedores(as) são analisados(as) no processo de cadastro e depois periodicamente com o objetivo de monitorar a atuação e reduzir riscos socioambientais. Verificamos regularmente documentações relativas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por meio de verificações de embargos ambientais, e consultamos a Lista Suja do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que aponta empregadores(as) que submeteram trabalhadores(as) a condições análogas à escravidão.

Você sabia?

Possuímos, desde 2016, uma Política Socioambiental de Compras de Carne Bovina e um processo específico para homologar fornecedores(as), além de fazermos um monitoramento constante para garantir que os critérios definidos nessa Política estejam sendo cumpridos. A Política visa garantir a transparência da cadeia produtiva e de fornecimento da carne bovina, abrangendo detalhes de percurso e origem desde a fazenda até o abate, para checagem de que o gado não tenha sido criado em áreas de desmatamento ou conversão de vegetação nativa, além de outros critérios. Confira o documento em: <https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

BEM-ESTAR DOS ANIMAIS DE PRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) considera **o bem-estar animal como um bem comum que é parte integrante do desenvolvimento sustentável do setor pecuário.**

As preocupações com o bem-estar animal, em especial dos animais de produção (frangos, bovinos, galinhas e porcos), contribuem para a sustentabilidade ambiental, social e econômica, também relacionadas à biossegurança. Assim, as boas práticas de produção englobam a **oferta de um produto obtido por meio de um processo que ofereça segurança alimentar, gere baixo impacto ambiental e promova saúde e bem-estar** dos animais e dos(as) colaboradores(as).

Da mesma forma que os humanos precisam de condições dignas para desempenhar suas funções no ambiente de trabalho, os(as) produtores(as) devem proporcionar aos animais ambientes limpos, organizados e nos quais eles se sintam confortáveis para expressar o comportamento natural da espécie.

As boas práticas de bem-estar animal visam garantir as **cinco liberdades dos animais** definidas pelo *Farm Animal Welfare Committee* (FAWC), como:

- 1. Livre da fome e da sede** (fácil acesso à água potável e a uma dieta para manter a saúde e o vigor completos);
- 2. Livre de desconforto** (ambiente adequado, incluindo abrigo e uma área de descanso confortável);
- 3. Livre de dor, lesão ou doença** (por prevenção ou diagnóstico e tratamento rápidos);
- 4. Livre de medo e angústia** (condições e tratamentos que evitem o sofrimento mental);
- 5. Liberdade para expressar comportamento normal** (espaço suficiente, instalações adequadas e companhia da própria espécie do animal).

Dessa forma, também deve-se considerar os **domínios físicos e funcionais abordando os quatro tópicos:** nutrição, ambiente, saúde e comportamento. Além disso, as práticas também devem ser baseadas nas devidas legislações e normativas, como por exemplo a [Portaria 365](#) que aprova o Regulamento Técnico de Manejo Pré-abate e Abate Humanitário, e os métodos de insensibilização autorizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para elaborar e implementar um procedimento que atenda a critérios de bem-estar, deve-se realizar um trabalho de equipes multidisciplinares dentro e fora da empresa de forma colaborativa, por meio do engajamento ativo e efetivo de todas as partes interessadas, alcançando assim a melhoria contínua.

Você sabia?

Desde 2017, o bem-estar animal é pauta prioritária no GPA e estamos em constante aprimoramento.

Nossa Política de Bem-Estar Animal, publicada em 2021, apresenta nossos compromissos e as diretrizes a serem seguidas em nossas cadeias de suprimentos e por nossos(as) colaboradores(as). As obrigações que assumimos são orientadas por normas e legislações e pelas “liberdades dos animais” definidas pelo *Farm Animal Welfare Committee* (FAWC). Confira o documento em: <https://www.gpabr.com/pt/compromissos/> e o vídeo sobre o tema em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZOLpd4AbWFM>

- APRESENTAÇÃO DA CARTILHA
- HISTÓRIA DO ESG
- IMPORTÂNCIA DO ESG
- COMO VIVENCIAR O ESG NA EMPRESA
- COMO APLICAR AS TEMÁTICAS ESG NA EMPRESA?
- AMBIENTAL
- SOCIAL
- GOVERNANÇA
- CONCLUSÃO
- LINKS E REFERÊNCIAS
- GLOSSÁRIO

SOCIAL

O QUE É RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social refere-se a **princípios, valores e atitudes que empresas adotam, de forma voluntária, para promover o bem-estar da sociedade e das pessoas**. As iniciativas se dão em dois níveis: o interno, dirigidas a colaboradores(as) e pessoas diretamente envolvidas na empresa, e o externo, que engloba as pessoas indiretamente ligadas à organização, como, por exemplo, a comunidade em que a empresa atua.

Ao praticarmos a responsabilidade social em nossa empresa, podemos fazer uma diferença significativa e inspirar outras empresas e parceiros(as) a se juntarem a nós nesse compromisso.

Para isso, devemos considerar o impacto de nossas ações sobre as pessoas, o meio ambiente e a comunidade em geral.

Impacto positivo: A responsabilidade social cria um impacto positivo na própria empresa e nas comunidades, melhorando a qualidade de vida das pessoas e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Fortalecimento da sociedade: Quando todos(as) contribuem para o bem-estar comum, a sociedade como um todo se fortalece, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades.

OS PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Uma organização socialmente responsável é aquela que possui uma forma de **gestão ética e transparente**, assumindo um compromisso importante para o desenvolvimento econômico da sociedade em geral e de sua empresa, no particular. **As iniciativas são guiadas por quatro princípios principais:**

- **Garantia dos direitos humanos:** A empresa precisa respeitar os direitos humanos em suas operações e em sua cadeia de valor.
- **Transparência e prestação de contas:** A transparência é fundamental para construir a confiança e a credibilidade. Isso significa ser honesto(a) e aberto(a) sobre ações e decisões, prestando contas pelo impacto que elas têm na sociedade e no meio ambiente.
- **Ética nos negócios:** Conduzir os negócios de maneira ética e responsável é essencial para construir relacionamentos sólidos e duradouros com clientes, colaboradores(as), fornecedores(as) e comunidades. Isso inclui garantir condições de trabalho seguras e justas e condenar práticas comerciais prejudiciais.
- **Impacto social:** Contribuir para iniciativas e projetos que beneficiem a comunidade local é uma parte importante da responsabilidade social, como oferecer serviços voluntários e apoiar causas sociais.

Medidas que podem apoiar a responsabilidade social

Cinco ações podem contribuir para um melhor controle da cadeia de valor da empresa e com práticas de responsabilidade social:

- **Definição de política de responsabilidade social empresarial:** Estabelecer uma política que esteja alinhada com a missão, a visão e os valores da empresa, e que seja comunicada a todos os públicos de interesse.
- **Mapeamento:** Mapear fornecedores(as) diretos(as) e indiretos(as), com foco em empresas com alto risco social e ambiental. Eleger e manter relação comercial somente com fornecedores(as) que possuem certidões negativas de dívidas trabalhistas, de débitos estaduais e federais, e que não figurem na Lista Suja do Trabalho Escravo, atualizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- **Monitoramento e avaliação:** Monitorar continuamente o desempenho dos(as) fornecedores(as) em relação aos critérios de responsabilidade trabalhista, social e ambiental. Realizar auditorias regulares para verificar o cumprimento de normas e padrões. Criar mecanismos de controle nos departamentos de compras. Suspender relações comerciais em caso de não conformidades, até a readequação.
- **Contrato robusto:** Incluir cláusulas sobre responsabilidade social e ambiental, combate à informalidade, trabalho infantil e análogo à escravidão. Prever sanções e rescisão contratual para casos de descumprimento.
- **Transparência e comunicação:** Publicar Código de Conduta para fornecedores(as), estabelecendo princípios e valores da empresa. Divulgar informações sobre a cadeia produtiva e as medidas de responsabilidade social. Comunicar-se de forma transparente com públicos de interesse.

Você sabia?

No GPA, temos um braço social: o Instituto GPA, que busca contribuir com um mundo com mais respeito e inclusão e menos desigualdade social. Para isso, oferece oportunidades de desenvolvimento para as pessoas que querem crescer seguindo seu propósito de vida e tendo um papel transformador na sociedade. Saiba mais em: <https://www.gpabr.com/sustentabilidade/impacto-social/>

DIREITOS HUMANOS

O conceito de direitos humanos se baseia na ideia de que **todos os seres humanos merecem respeito e igualdade de oportunidades**. Esses direitos são reconhecidos internacionalmente e estão registrados em diversos documentos, como a **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**, adotada em 1948. Eles abrangem uma gama de aspectos da vida, incluindo direitos civis, políticos, econômicos e sociais, que são essenciais para a construção de um mundo mais justo, equânime e inclusivo.

Abrangem direitos básicos e fundamentais de todas as pessoas, independentemente de sua origem, sexo, raça/etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade, condição social, deficiência ou qualquer outro marcador identitário:

- **Direito à vida e à segurança**
- **Direito à liberdade e à igualdade**
- **Direito à educação**
- **Direito à saúde**
- **Direito ao trabalho e à proteção social**
- **Direito à liberdade de expressão e opinião**
- **Direito à justiça e à igualdade perante a lei**
- **Direito à paz e à segurança**

Qual o papel das empresas na promoção dos direitos humanos?

As empresas têm a capacidade de influenciar diretamente a vida das pessoas, seja por meio de suas atividades operacionais, seja a partir de suas relações com os(as) colaboradores(as), fornecedores(as), clientes e sociedade em geral. Portanto, é crucial que estejam comprometidas com a promoção e o respeito aos direitos humanos.

A seguir, listamos algumas iniciativas importantes para traduzir o compromisso com os direitos humanos em ações concretas:

- **Respeitar** os direitos das outras pessoas.
- **Denunciar** qualquer violação de direitos humanos que testemunhar e/ou tomar conhecimento.
- **Promover a conscientização e o engajamento dos(as) colaboradores(as)** sobre a importância dos direitos humanos e de promovê-los e respeitá-los. A educação é fundamental para assegurar uma cultura de respeito e responsabilidade social.
- **Implementar políticas internas para garantir o respeito aos direitos humanos**, abordando o tema em todas as áreas de atuação.
- **Avaliar e monitorar riscos relacionados aos direitos humanos** nas operações da empresa e em sua cadeia de suprimentos, investigando quais áreas têm maior risco de violações (como trabalho infantil e análogo à escravidão, por exemplo) e acompanhá-las frequentemente.

Você sabia?

Possuímos no GPA uma política de direitos humanos dirigida às cadeias de fornecimento dos produtos que compramos e revendemos, que é um dos aspectos centrais da nossa estratégia de sustentabilidade. A Política de Direitos Humanos na Cadeia de Valor apresenta nossas diretrizes e nossos compromissos com os direitos humanos e a proteção do meio ambiente. Ela é ancorada nos principais documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e nas iniciativas da ONU como Pacto Global (PG), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos (UNGP). Além disso, estabelecemos compromissos e diretrizes complementares na Carta de Ética para Fornecedores(as). Confira os documentos em: <https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A diversidade e a promoção da inclusão permitem construir uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo maior igualdade, criatividade e inovação nas empresas.

Uma equipe diversa é integrada por pessoas de diferentes formações, gêneros, raças, experiências e visões de mundo. Significa uma riqueza, principalmente de ideias e percepções, que abre portas para várias possibilidades na solução de problemas e condução de tarefas.

Investir na diversidade dos(as) colaboradores(as) traz muitas vantagens: melhor gestão de riscos, abertura de oportunidades para a inovação e o aumento da conexão com novos públicos, formados por diferentes grupos de afinidade. Além disso, auxilia no desenvolvimento de um clima organizacional mais propício ao crescimento pessoal e profissional das pessoas.

Como promover a diversidade e a inclusão em sua empresa?

É importante que a empresa tenha um planejamento estratégico para promover a diversidade, equidade e inclusão para colaboradores(as) e todos os seus públicos de interesse, assegurando os seguintes princípios:

- **Respeitar as diferenças:** Reconheça e respeite as diferenças entre as pessoas, evitando preconceitos e estereótipos.
- **Combater a discriminação:** Denuncie qualquer forma de discriminação ou injustiça que testemunhar, e apoie aqueles(as) que são alvo de discriminação.
- **Incentivar a participação de todos(as):** Crie espaços inclusivos e acolhedores onde todas as pessoas se sintam bem-vindas e valorizadas.
- **Definir métricas:** Identifique a população interna, buscando promover a representatividade da demografia local em seus times, adotando políticas, diretrizes e práticas corporativas em prol da diversidade, equidade e inclusão. É importante definir metas que garantam representatividade de pessoas diversas em posições de liderança e em todo o quadro funcional.
- **Promover ações afirmativas:** Atraia, contrate, retenha, desenvolva e promova o crescimento profissional de grupos marginalizados e/ou sub-representados.
- **Promover ações de conscientização e educação:** Garanta um ambiente de trabalho respeitoso para todas as pessoas, independentemente de gênero, raça ou etnia, identidade de gênero, orientação afetivo-sexual, idade, deficiência ou quaisquer outros marcadores identitários, promovendo um ambiente que combata qualquer tipo de discriminação ou assédio e promova uma cultura inclusiva.

Você sabia?

Diversidade, equidade e inclusão são pautas prioritárias para o GPA. Zelamos pelo alcance e pela preservação de equidade de gêneros e racial, pelo respeito e promoção dos direitos LGBTQIA+, pela diversidade etária em nossos quadros e pela incorporação e desenvolvimento de pessoas com deficiência. Saiba mais em nossa Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos. <https://www.gpabr.com/sustentabilidade/diversidade-e-inclusao/>

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

Medidas efetivas de segurança e saúde ocupacional permitem que **os(as) colaboradores(as) desempenhem suas funções de forma segura e saudável**. Devemos ter compromisso com esse tema e entender os princípios básicos de segurança e saúde ocupacional, de forma a promover uma cultura de segurança em todas as áreas de empresa.

Devemos combater os principais **riscos no ambiente de trabalho**:

- **Acidentes:** Quedas, cortes, queimaduras e outros tipos de acidentes podem ocorrer devido a condições inseguras ou práticas inadequadas.
- **Produtos químicos:** Exposição a substâncias químicas tóxicas pode causar danos à saúde, como intoxicação ou irritação.
- **Ergonomia:** Posturas inadequadas, movimentos repetitivos e levantamento de peso podem levar a lesões musculoesqueléticas.
- **Estresse:** Pressão excessiva, longas horas de trabalho e ambiente de trabalho hostil podem causar estresse e impactar negativamente a saúde mental dos(as) colaboradores(as).

Lembre-se: É necessário considerar todos(as) os(as) colaboradores(as), sendo eles(as) diretos(as) ou prestadores(as) de serviços. Por isso, devemos monitorar e engajar também esses(as) parceiros(as) para manter um ambiente saudável e seguro para todas as pessoas.

Iniciativas de **saúde ocupacional** permitem cuidar principalmente dos hábitos que influenciam diretamente o(a) colaborador(a). Entre as principais funções dessa área estão: trabalhar para prevenir doenças de trabalho, além de eventuais problemas de saúde que podem ser ocasionados em decorrência do trabalho em qualquer atividade empresarial.

Como promover a saúde e segurança dos colaboradores(as)

- **Palestras, seminários e webinars:** Manter um(a) especialista na área para abordar assuntos sobre saúde ocupacional, proporcionando oportunidades para que os(as) colaboradores(as) possam aprender e tirar suas dúvidas.
- **Comunicação interna:** Campanhas para promover boas práticas e demais comunicados. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) deve ser reforçado como parte da cultura da empresa.
- **Capacitações:** Realização periódica de treinamentos e revisão de processos para a melhoria dos espaços, com consulta às equipes, tornam-se práticas mais efetivas a longo prazo.
- **Programa de gerenciamento de riscos:** Elaborar e manter atualizado um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) conforme determinado pela Norma NR01.
- **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédios (Cipa):** Criar e manter uma Cipa com objetivo de prevenir acidentes e doenças recorrentes do trabalho para a preservação da vida e a promoção da saúde do(a) colaborador(a).

Você sabia?

Possuímos no GPA uma Política do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) que estabelece as diretrizes gerais e promove ações para a melhoria contínua das condições e dos ambientes de trabalho. Buscamos atender aos requisitos legais e garantir a saúde física e mental dos(as) colaboradores(as), contribuindo assim para a construção de um ambiente adequado, alinhado com nosso Código de Ética.

<https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

GARANTIA AOS DIREITOS LABORAIS

Demonstrar o comprometimento com os direitos laborais deve fazer parte da cultura empresarial e da estratégia de negócios, reconhecendo a importância de criar um ambiente de trabalho justo, inclusivo e respeitoso, onde cada colaborador(a) possa prosperar e contribuir para o sucesso da empresa.

A **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, a Declaração Universal da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a **Constituição Federal de 1988** regem as normas que garantem **condições de trabalho dignas** para todos(as), em uma relação harmoniosa e lícita, preservando os direitos de trabalhadores(as) e empresas.

Devemos garantir que todo(a) colaborador(a) tenha os seguintes **direitos preservados**:

- **Carteira de trabalho assinada** desde o primeiro dia de serviço;
- **Exames médicos** de admissão e demissão;
- **Repouso Semanal Remunerado** (uma folga por semana);
- **Salário pago** até o 5º dia útil do mês;
- Primeira parcela do **13º salário** paga até 30 de novembro. Segunda parcela até 20 de dezembro;
- **Férias de 30 dias** com acréscimo de 1/3 do salário;
- **Vale-transporte** com desconto máximo de 6% do salário;
- **Licença-maternidade** de 120 dias, com garantia de emprego até cinco meses depois do parto;
- **Licença-paternidade** de cinco dias corridos;
- **Horas extras pagas** com acréscimo de, no mínimo, 50% do valor da hora normal;
- **Adicional noturno** de, pelo menos, 20% para quem trabalha das 22:00 às 05:00 horas;
- **Aviso prévio de 30 dias**, em caso de demissão.

As condições de trabalho adequadas e justas devem ser garantidas tanto na empresa como em sua cadeia de valor, assumindo cuidado e responsabilidade em momentos anteriores à celebração de contratos com fornecedores(as) e terceiros(as) e durante o seu cumprimento. Devem ser aplicados mecanismos de análise e mitigação de riscos efetivos nos processos internos, inclusive naqueles relacionados à rede de terceirização de seus produtos e serviços.

Você sabia?

Como forma de avaliar a conformidade de nossos(as) parceiros(as) em relação às práticas trabalhistas e direitos humanos, avaliamos e monitoramos todos(as) os(as) nossos(as) fornecedores(as) de Marcas Próprias e Exclusivas por meio de empresas terceiras (auditorias especializadas). Também verificamos fornecedores(as) internacionais localizados(as) em países de alto risco relacionado ao tema. Além dessas medidas, 100% dos produtos têxteis vendidos em nossas lojas são apenas de empresas certificadas pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), da qual somos associados desde 2011.

<https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

APRESENTAÇÃO
DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO
ESG

COMO VIVENCIAR
O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR
AS TEMÁTICAS
ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E
REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

GOVERNANÇA

PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é um **sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as empresas são dirigidas e monitoradas**, com o objetivo de criar valor sustentável para a organização, para seus(uas) sócios(as) e para a sociedade em geral. Suas diretrizes orientam o funcionamento e a gestão das organizações, de forma a **garantir transparência, responsabilidade, equidade e prestação de contas**.

Compreender os princípios de governança corporativa permite aprimorar a gestão empresarial, pois são esses fundamentos que norteiam todas as práticas organizacionais. **O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) define quatro princípios:**

1. Transparência: Tornar disponíveis para os *stakeholders* (públicos de interesse) as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas exigidas por disposições de leis ou regulamentos. Essa transparência não deve se restringir a informações sobre o desempenho econômico-financeiro, mas também contemplar outros fatores, como a divulgação de impactos socioambientais.

2. Equidade: Assegurar tratamento justo e isonômico de todos(as) os(as) acionistas e demais partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

3. Prestação de contas: Prestar contas da atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade.

4. Responsabilidade corporativa: Zelar pela viabilidade econômico-financeira da empresa, reduzir os efeitos colaterais negativos dos negócios e das operações e aumentar os impactos positivos em curto, médio e longo prazos, levando em conta aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas ações e operações.

MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Um robusto modelo de governança corporativa apoia práticas éticas e eficientes na gestão organizacional. Destacam-se iniciativas como o **comprometimento da alta administração, políticas e diretrizes claras, constituição de um Conselho de Administração, divulgação transparente de informações, gestão eficaz de riscos, envolvimento dos(as) acionistas e investidores(as), avaliação regular da administração e integração de responsabilidade social e ambiental à estratégia empresarial**. Esse processo contribui para um modelo de negócios sólido e eficaz, que promove o sucesso da organização a longo prazo.

Os objetivos são promover o equilíbrio na operação e assegurar que a empresa atue em plena conformidade com suas políticas internas e as legislações aplicáveis. **Esse alinhamento propicia diversas vantagens competitivas, tais como:**

- **Transparência nos processos internos;**
- **Confiabilidade perante o mercado e os públicos de interesse;**
- **Segurança da informação e proteção de dados;**
- **Gerenciamento de riscos;**
- **Ambiente ético;**
- **Resiliência;**
- **Sustentabilidade empresarial.**

Implementar os princípios de governança corporativa requer estruturar procedimentos que garantam o alcance dos objetivos. Isso inclui a participação de gestores(as) na discussão de questões fundamentais, avaliação do desempenho e direcionamento das ações necessárias.

Uma das ações sugeridas é a instituição de um **Conselho de Administração (CA)**, composto por pelo menos 30% de membros independentes, ou seja, um membro externo à empresa (segundo recomendação da Bolsa de Valores do Brasil). Os(As) conselheiros(as) devem reunir experiências relevantes dentro e fora do setor da empresa e complementares entre si. Esse direcionamento é essencial para definir políticas, objetivos e estratégias. O CA é o **órgão encarregado de dar o direcionamento estratégico da empresa, assumindo o papel de guardião de valores, princípios, ética, transparência e governança**.

Promover reuniões regulares com membros do Conselho, comitês de gestão e públicos de interesse permite ampliar a discussão de questões estratégicas, operacionais e financeiras, assegurando transparência e responsabilidade nas operações, incluindo os temas ESG.

Ética e integridade

A ética abrange os princípios morais que guiam o comportamento humano, enquanto a integridade é a coerência entre o que se pensa, diz e faz. Práticas éticas e íntegras são essenciais para construir confiança e credibilidade tanto dentro, como fora das organizações.

Elaborar um Código de Conduta Ética é importante para definir os valores centrais da empresa e orientar padrões de conduta para serem seguidos por todos(as) os(as) colaboradores(as), líderes e partes interessadas no dia a dia de suas operações e relações comerciais.

Um Código bem-elaborado e implementado **apoia a construção de uma cultura organizacional ética, transparente e sustentável**. Além disso, desempenha um papel relevante na orientação do comportamento ético, na integridade e no fortalecimento da confiança. O Código auxilia no cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos, promovendo um ambiente de trabalho positivo e apoiando a tomada de decisão ética.

Você sabia?

No GPA, temos um Programa de Ética e *Compliance* gerido pela área de *Compliance*. Ele tem como base nosso Código de Ética e contempla temas como Anticorrupção, Conflito de Interesse, Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento e Carta de Ética para Fornecedores(as). O programa possui medidas para prevenir e detectar desvios de conduta e atua para tratar aqueles confirmados, além de estabelecer diretrizes para o relacionamento com clientes, fornecedores(as), acionistas, comunidades, setor público e outros públicos de relacionamento. Confira o documento em: <https://www.gpabr.com/pt/etica-e-compliance/>

Prevenção à fraude e corrupção

A corrupção prejudica a sociedade e os negócios, minando a confiança do público na empresa e afetando a integridade. A empresa pode elaborar uma política anticorrupção que estabeleça diretrizes claras e medidas para prevenir, detectar e responder à corrupção na organização, além de manter alinhamento com a **Lei Anticorrupção do Brasil**.

Implementar, atualizar periodicamente e fiscalizar o cumprimento **de um Programa de Ética e Compliance** permite maior efetividade das ações para prevenir a corrupção e lavagem de dinheiro. No GPA, por exemplo, realizamos as seguintes atividades:

- **Orientar a alta liderança** em matérias relacionadas ao cumprimento de leis e políticas internas relacionadas ao Programa de *Compliance*, bem como relatar questões relacionadas ao Programa e à sua evolução. É importante que a alta liderança conheça o Programa de *Compliance* e se engaje no tema;
- **Identificar situações de risco** relacionadas ao descumprimento da Lei Anticorrupção às quais a empresa está submetida com o auxílio de outras áreas de controle, como Ouvidoria, Auditoria Interna, Controles Internos e Jurídico;
- **Monitorar, mediante controles internos e análise de riscos**, o cumprimento de leis, regulamentos, Código de Ética e políticas internas, relacionadas às ações de combate à corrupção pelos(as) colaboradores(as) e terceiros(as) que se relacionam com a empresa;
- **Implementar um Comitê de Ética** para apresentar os indicadores do Programa de Ética e *Compliance* e propostas de consequências nos casos de descumprimento de políticas internas;
- **Aplicar ações corretivas** em casos identificados de corrupção e fraude.

Você sabia?

No GPA, realizamos uma Análise de Risco Reputacional de Terceiros(as), pela qual avaliamos o risco reputacional de fornecedores(as) indiretos(as), parceiros(as) e/ou terceiros(as) elegíveis à análise, com foco, principalmente, no combate à corrupção e a fraudes, incluindo a verificação de restrições locais e estrangeiras. Confira nossa Política Anticorrupção: <https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

Segurança da informação

Refere-se à **proteção dos dados e sistemas de uma empresa contra acesso não autorizado, uso indevido, divulgação ou destruição**. Práticas de segurança da informação são essenciais para proteger a privacidade, confidencialidade e integridade dos dados.

As consequências por não investir em segurança da informação são principalmente relacionadas a perdas financeiras e de credibilidade da empresa. Além disso, o impacto dos danos à reputação pode prejudicar até mesmo fornecedores(as), bem como a relação com investidores(as), parceiros(as) e terceiros(as) que tenham envolvimento com os negócios.

A elaboração e implementação de uma Política de Segurança da Informação tem por objetivo:

- **Possibilitar o gerenciamento da segurança na empresa;**
- **Estabelecer regras e padrões para proteger a informação;**
- **Abordar as ameaças à segurança;**
- **Definir diretrizes para mitigar as vulnerabilidades** da segurança da informação;
- **Fornecer orientações aos(as) colaboradores(as)** sobre a conduta correta a ser tomada em diferentes situações;
- **Atender aos processos e objetivos internos da organização;**
- **Garantir aderência às leis que tratam do assunto**, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A **LGPD** requer que as organizações gerenciem todas as informações pessoais que possuem, seja dos(as) clientes ou da equipe. Caso elas estejam comprometidas de alguma forma e não forem adotadas as medidas adequadas, a empresa poderá receber sanções e multas capazes de inviabilizar a continuidade do negócio.

Você sabia?

No GPA, temos o compromisso de resguardar a privacidade e proteger os dados pessoais de nossos(as) clientes, fornecedores(as) e colaboradores(as), com a mesma ética e integridade que balizam todas as nossas atividades. Nossa Política de Privacidade estabelece as atribuições das diversas áreas envolvidas e regramentos aplicáveis à proteção, ao tratamento e ao eventual compartilhamento de dados. Confira nossa Política de Privacidade: <https://www.gpabr.com/pt/compromissos/>

Canal de denúncias

Mecanismo por meio do qual colaboradores(as) e outras partes interessadas podem **relatar preocupações sobre comportamentos antiéticos, ilegais ou irregulares em uma organização**. O canal de denúncia promove a transparência, ajuda a detectar e corrigir problemas de forma rápida e eficaz.

Para que uma organização fique sabendo se um ou mais desses casos estão ocorrendo e possa agir para resolver, é fundamental oferecer meios para receber esse relato com segurança, **anonimato do(a) denunciante e confiança na apuração**.

Desde 21 de março de 2023, todas as empresas com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédios (Cipa) precisam, obrigatoriamente, ter um Canal de Denúncias. A Cipa é obrigatória em empresas com 20 funcionários(as) ou mais. Ou seja: se a sua empresa tem a partir de 20 colaboradores(as), você precisa se adequar à Lei 14.457 e implantar um Canal de Denúncias.

Você sabia?

No GPA, possuímos canais de Ouvidoria (por telefone, site ou e-mail) para o registro de qualquer caso de desrespeito ou não conformidade com a legislação vigente, com o Código de Ética, as políticas, os valores e procedimentos internos da Companhia. Todas as denúncias podem ser feitas de maneira anônima e são tratadas com confidencialidade.

Clique aqui para entrar em contato com nossos canais da Ouvidoria.

Pactos e associações

Os pactos e associações são iniciativas colaborativas entre empresas, governos e sociedade civil para promover iniciativas responsáveis e sustentáveis. Participar de pactos e associações **permite que as organizações compartilhem conhecimento, desenvolvam melhores práticas e promovam mudanças positivas**.

Existem diversas agendas empresariais coletivas gerais ou setoriais, que também podem auxiliar a empresa na formulação de sua estratégia e aprimorar suas práticas de governança, bem como em sua inserção em uma rede de aprendizado e interação com vários *stakeholders*. Essas iniciativas também visam **influenciar o aperfeiçoamento da conduta ética da empresa e de seus compromissos com a sociedade**.

Veja alguns exemplos de pactos e associações a que sua empresa pode aderir:

- Pacto Global da ONU
- Coalizão Empresarial pela Equidade Racial e de Gênero
- Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo

Descubra os pactos e associações dos quais participamos
<https://www.gpabr.com/pt/sustentabilidade/pactos-e-associacoes/>

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Também conhecido como **Programa de Compliance**, é uma iniciativa para garantir que a empresa mantenha conformidade com leis, regulamentos e padrões éticos, prevenindo práticas antiéticas, fraudes e violações legais. Elementos-chave incluem o comprometimento da alta administração, desenvolvimento de Código de Ética, treinamentos regulares, canal de denúncia confidencial, devida diligência de parceiros(as) de negócios, avaliações de risco, políticas claras, monitoramento contínuo, resposta a incidentes, incentivos para conformidade e disciplina consistente.

Iniciar um Programa de Integridade requer o **mapeamento dos riscos específicos da atividade da empresa, envolvendo a compreensão do negócio, identificação das prioridades no setor de atuação e na própria atividade empresarial.**

Nesse contexto, devem ser criados **procedimentos e processos internos de monitoramento das operações da empresa**, como também promover treinamentos e comunicações adequadas sobre o tema a todos(as) os(as) colaboradores(as) e públicos de interesse.

Principais objetivos de um Programa de Integridade

Os objetivos principais incluem **assegurar a conformidade legal, prevenir fraudes e práticas antiéticas, promover uma cultura ética, proteger a reputação da empresa, evitar sanções legais, garantir transparência, melhorar processos internos, promover um ambiente de trabalho positivo, aumentar eficiência operacional, atrair investidores(as) e parceiros(as) confiáveis, garantir sustentabilidade a longo prazo e estimular a inovação responsável.** Esses objetivos visam não apenas proteger a organização de potenciais riscos e danos, mas também estabelecer uma base sólida para o sucesso duradouro e a prosperidade sustentável.

Um Programa de Integridade e *Compliance* representa a sistematização e o aprimoramento dos instrumentos já presentes na organização, direcionados à prevenção e ao combate à corrupção.

O *compliance* busca garantir a conformidade com leis, regulamentos e padrões éticos, prevenindo práticas ilegais, multas e danos à reputação. **Estar em conformidade indica transparência e maturidade de gestão, enquanto a falta de conformidade pode acarretar riscos financeiros e de mercado.** O *compliance* interno abrange políticas corporativas, cultura organizacional e controles internos, enquanto o *compliance* externo refere-se ao cumprimento de leis, regulamentos e normas externas. Existem diversos tipos de *compliance*, como tributário, trabalhista, empresarial, proteção de dados, ambiental, de saúde e financeiro.

RELATO DE RESULTADOS E DESAFIOS

É fundamental dar transparência a ações e projetos relacionados à estratégia ESG da empresa. Para isso, divulgue publicamente o andamento, os resultados e os desafios, o que pode ser feito em sites corporativos e/ou publicações. Outra opção para medir como está sua estratégia de ESG em comparação ao mercado, é participar de alguns índices, questionários e premiações relacionados ao tema.

Relatório de Sustentabilidade

Além de disponibilizar as informações relevantes de sua empresa nos canais de comunicação, é importante prestar contas por meio da publicação de relatórios de sustentabilidade, nos quais a empresa **apresenta seus resultados econômico-financeiros e ESG**, como fruto de uma estratégia unificada e integrada.

Existem diversas **diretrizes e metodologias que apoiam a elaboração desse tipo de relatório**, como *Global Reporting Initiative* (GRI) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

O Brasil se tornou o primeiro país do mundo a adotar oficialmente as normas globais de relato de dados ESG, após a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editar uma resolução que avalia as normas do IFRS 1 e IFRS 2. Lançadas globalmente em junho de 2023, essas duas normas criam padrões para o relato de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, obrigando as empresas de capital aberto, listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3), a publicar, a partir de 2026, relatório especial com essas informações. O objetivo é ajudar investidores(as) a tomar decisões alinhadas a critérios sustentáveis a partir da divulgação, de forma mais transparente, de oportunidades e riscos ESG relacionados aos negócios de cada empresa.

Os relatórios deverão ser apresentados anualmente, junto com o formulário de referência, sendo que em 2024 e 2025 a sua publicação será voluntária.

Você sabia?

Publicamos Relatório Anual e de Sustentabilidade do GPA desde 2008. Confira no link: <https://www.gpabr.com/pt/sustentabilidade/relatorios-sustentabilidade/>

Índices e *rankings* ESG

Os índices ESG reúnem empresas que assumem compromisso em manter uma atuação responsável em aspectos ambientais, sociais e de governança, além de assegurar o desempenho econômico-financeiro.

Os índices **são usados por investidores(as) para avaliar as organizações em relação a esses critérios, buscando uma visão mais abrangente dos negócios em que estão investindo.**

Isso permite que tenham uma compreensão mais profunda dos fatores que podem afetar o desempenho da empresa em curto, médio e longo prazos.

Existem diversos índices nacionais e internacionais que mensuram o desempenho ESG, sendo os mais utilizados:

-
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3): Mantido pela B3 – Brasil, Bolsa Balcão, é um dos índices mais reconhecidos no Brasil, que avalia empresas de capital aberto com base em critérios de sustentabilidade e responsabilidade corporativa.
-
Índice de Carbono Eficiente (ICO2): Aplicado às empresas de capital aberto e também desenvolvido pela B3, tem o objetivo de impulsionar o debate sobre mudanças climáticas. O foco do índice é incentivar a transparência das empresas em relação ao seu volume de emissões de gases de efeito estufa, buscando um compromisso de redução dessas emissões.
-
CDP (Carbon Disclosure Project): Organização internacional sem fins lucrativos que atua com empresas, investidores(as) e cidades de todo o mundo para medir e entender seu impacto ambiental. O CDP consolida e disponibiliza à sociedade o maior banco de dados sobre práticas empresariais relacionadas a clima, água, florestas e cadeia de suprimentos. As respostas são avaliadas de acordo com quatro critérios (transparência, conscientização, gestão e liderança) e recebem uma pontuação final que varia de F- a A+, sendo A+ a mais alta. Além disso, o CDP é um fator determinante para o ISE, pois apenas empresas que reportem ao CDP podem se aplicar ao ISE.
-
S&P/Dow Jones Sustainability Index (DJSI): Índice da Bolsa de Nova York, e similar ao ISE/B3, o DJSI considera o desempenho geral de empresas de todo o mundo nos três pilares ESG (social, ambiental e governança). O DJSI não inclui empresas que não são aderentes ao Pacto Global da ONU, ou que atuam em certas atividades no mercado, como o comércio de armas e tabaco, por exemplo.

Confira os índices ESG dos quais o GPA participa: <https://www.gpabr.com/sustentabilidade/#indexes>

CONCLUSÃO

Além de gerar lucros, as empresas também desempenham um importante papel na comunidade. Engajada à agenda ESG, a sua empresa vai proporcionar muitos impactos positivos para a sociedade e para o meio ambiente.

Esta Cartilha possui caráter orientativo e esperamos que suas diretrizes sirvam de referência para os(as) fornecedores(as) e parceiros(as) do GPA, contribuindo para a construção da jornada ESG da sua empresa, auxiliando a adotar iniciativas que agreguem valor ao modelo de negócio, tornando-o mais competitivo no mercado e atrativo para os(as) clientes.

Naturalmente, esse é um assunto extenso para poucas páginas. A nossa recomendação é verificar os materiais complementares presentes no capítulo de Links e Referências, que irão auxiliar a tornar sua empresa mais sustentável e responsável.

Não fique de fora. Embarque nessa jornada com o GPA!

LINKS E REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO ESG

COMO VIVENCIAR O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR AS TEMÁTICAS ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

POLÍTICAS E COMPROMISSOS GPA

Institucional

Estratégia de Sustentabilidade

<https://www.gpabr.com/sustentabilidade/>

Carta de Ética para Fornecedores(as)

https://www.gpabr.com/wp-content/uploads/2021/07/CARTA-DE-ÉTICA-PARA-FORNECEDORES_GPA.pdf

Programa Qualidade desde a Origem

<https://www.gpabr.com/pt/qualidade-desde-a-origem/>

Instituto GPA

<https://institutoqpa.org.br/>

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O que são as mudanças climáticas?

<https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>

Fonte: Nações Unidas Brasil

Programa Brasileiro GHG Protocol

<https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-ghg-protocol>

CDP (Carbon Disclosure Project)

<https://www.cdp.net/en>

RESÍDUOS SÓLIDOS

Política Nacional de Resíduos Sólidos

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm

Foco em menos resíduos

<https://www.gpabr.com/sustentabilidade/mudancas-climaticas/#reducao-e-substituicao-de-embalagens>

ENGAJAMENTO DA CADEIA DE VALOR

ISO 20400 - Compras sustentáveis

ISO 9001:2015 (8.4 Controle de processos, produtos e serviços providos externamente)

RASTREABILIDADE

Rastreabilidade em cadeias agroindustriais: conceitos e aplicações

https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPDIA-2009-09/11845/1/CiT33_2006.pdf

Fonte: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

BIODIVERSIDADE

Convenção Sobre Diversidade Biológica

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/convencao-sobre-diversidade-biologica>

Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira

<https://www.sibbr.gov.br/>

Ministério do Meio Ambiente

<https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira.html>

DIREITOS HUMANOS

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

Normas Regulamentadoras - NR

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>

Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo

http://www2.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@declaration/documents/newsitem/wcms_097929.pdf

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

ONU Mulheres

<https://www.onumulheres.org.br/>

Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+

<https://www.forumempresaslgbt.com/>

Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial

<https://iniciativaempresarial.com.br/>

Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero

<https://www.equidade.org.br/>

Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência Contra Mulheres e Meninas

<https://www.coalizacaoempresarial.com.br/>

Movimento Mulher 360

<https://movimentomulher360.com.br/>

OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS

Os Objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil

<https://brasil.un.org/pt-br>

Objetivos sustentáveis da ONU

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

ÍNDICES EMPRESARIAIS ESG

ISE B3

<https://iseb3.com.br/>

CDP

<https://www.cdp.net/>

ICO2 B3

https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-carbono-eficiente-ico2-b3.htm

GLOSSÁRIO

APRESENTAÇÃO
DA CARTILHA

HISTÓRIA DO ESG

IMPORTÂNCIA DO
ESG

COMO VIVENCIAR
O ESG NA EMPRESA

COMO APLICAR
AS TEMÁTICAS
ESG NA EMPRESA?

AMBIENTAL

SOCIAL

GOVERNANÇA

CONCLUSÃO

LINKS E
REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

Biodiversidade: Refere-se à variedade de vida no planeta Terra. Ela abrange a diversidade dentro das espécies (diversidade genética), entre as espécies (diversidade de espécies) e entre os ecossistemas (diversidade de ecossistemas).

Biosseguridade: Conjunto de medidas e procedimentos operacionais que visam prevenir, controlar e limitar a exposição de um sistema produtivo a agentes causadores de doenças.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM): Regulador responsável pelo mercado de capitais no Brasil. Criada em 1976, pela Lei nº 6.385, desempenha papel de supervisão do mercado e se pauta pela avaliação das informações disponibilizadas obrigatoriamente pelas empresas de capital aberto. Atualmente, o principal documento emitido pela CVM para regulamentar os relatórios de divulgação obrigatória é a Instrução nº 480/2009.

Commodities: Produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria.

Compliance: Conjunto de disciplinas destinadas a cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e as atividades da instituição ou empresa, bem como evitar, detectar e tratar quaisquer desvios ou não conformidades que possam ocorrer.

COP: Sigla em inglês que significa *Conference of the Parties* (Conferência das Partes), é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em 1992.

Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU: Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

Dióxido de carbono (CO₂): Proveniente da queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo, gás natural e turfa), queimadas e desmatamentos, representando cerca de 60% das emissões dos gases de efeito estufa.

ESG: Sigla em inglês que significa *Environmental* (Ambiental), *Social* (Social) and *Governance* (Governança).

Esquemas Ponzi: Criado por Charles Ponzi, deu origem à fraude de “pirâmide financeira”. Considerada uma sofisticada operação em que o(a) criminoso(a) comercializa um produto fictício sob o pretexto de ganhos exorbitantes e cuja manutenção do sistema depende do aporte de capital de novas vítimas.

Farm Animal Welfare Committee (FAWC): Sigla em inglês que significa Conselho de Bem-Estar de Animais de Produção. Criado na Inglaterra, estabeleceu as cinco liberdades dos animais. Assim, todo animal de produção deve estar: Livre de fome, sede, desconforto, dor, lesões e doenças, para expressar seu comportamento normal, medo e estresse.

Fridays for Future: Significando em português Sextas-feiras para o Futuro, é um movimento internacional de estudantes que faltam às aulas nas sextas-feiras para participar de protestos contra a falta de ação política diante da crise climática, em busca de justiça climática e socioambiental.

GHG Protocol: É a ferramenta mais utilizada mundialmente pelas empresas e governos para entender, quantificar e gerenciar suas emissões atmosféricas. A metodologia é compatível com as normas ISO e com as metodologias de quantificação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

Global Reporting Initiative (GRI): Conjunto de normas que representam as melhores práticas globais para o relato público de diferentes impactos econômicos, ambientais e sociais. O relatório de sustentabilidade elaborado com base nessas normas fornece informações sobre as contribuições positivas ou negativas de uma organização para o desenvolvimento sustentável.

International Financial Reporting Standards (IFRS): Representa as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, desenvolvidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com o objetivo de estabelecer padrões globais para os procedimentos contábeis e critérios de negociação.

ISO 14001: Especifica os requisitos para um sistema de gestão ambiental que uma organização pode usar para melhorar seu desempenho nesse tema. A norma é usada por uma organização que busca gerenciar sua responsabilidade ambiental de uma forma sistemática.

ISO 9001: Estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de uma organização, não significando, necessariamente, conformidade de produto às suas respectivas especificações. O objetivo é prover confiança de que o fornecimento de bens e serviços ocorra de forma consistente e repetitiva, de acordo com o que a empresa compradora especificou.

Lei Anticorrupção: Considerada um marco para o desenvolvimento do *compliance* no Brasil, a Lei nº 12.846 foi criada, em agosto de 2013, com a finalidade de responsabilizar empresas que cometessem atos de corrupção contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Lista Suja do Trabalho Escravo: Ferramenta utilizada no combate ao trabalho análogo à escravidão. Nessa lista, é possível identificar empregadores(as) que tenham submetido trabalhadores(as) a condições ilegais e degradantes de trabalho, como jornadas exaustivas, sem remuneração e retenção de documentos pessoais.

Metano (CH₄): Responsável por 15% a 20% do efeito estufa, é componente primário do gás natural, também produzido por bactérias no aparelho digestivo do gado, aterros sanitários, plantações de arroz inundadas, mineração e queima de biomassa.

NASDAQ: Sigla em inglês que significa *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* (Associação Nacional de Corretores de Títulos de Cotações Automáticas, em português), é um mercado de ações automatizado norte-americano onde estão listadas mais de 2.800 empresas, em sua maioria de pequena e média capitalização. É o segundo maior mercado de ações do mundo, depois da Bolsa de Nova York.

ONU: Sigla de Organização das Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional. Os seus objetivos incluem manter a segurança e a paz mundial, promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteger o meio ambiente e prover ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados.

Óxido Nitroso (N₂O): Responsável por cerca de 6% do efeito estufa, é liberado por micro-organismos no solo devido ao uso de fertilizantes químicos, à queima de biomassa, ao desmatamento e às emissões de combustíveis fósseis.

Permacultura: Conceito criado nos anos 1970, na Austrália, consiste no planejamento e uso de práticas ancestrais aliadas aos modernos conhecimentos, principalmente de ciências agrárias, engenharias, arquitetura e ciências sociais, todas as áreas abordadas sob a ótica da ecologia, promovendo energia, moradia e alimentação humana de forma harmoniosa com o meio ambiente.

Princípio da precaução: Proposto na Conferência RIO 92, esse princípio estabelece “a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados”. A base para a aplicação do princípio da precaução não é a existência de danos, mas de riscos. Ao se identificar o risco, busca-se eliminar o potencial dano.

Protocolo de Kyoto: Aprovado na COP3 com metas de redução para gases de efeito estufa para os países desenvolvidos (reduzir 5,2% sobre as emissões de 1990). Japão, Estados Unidos e União Europeia assumiram reduções maiores: respectivamente 6%, 7% e 8%. Entretanto, os Estados Unidos não ratificaram o acordo, cuja entrada em vigor estava condicionada à ratificação de 55 países que somassem 55% das emissões globais, o que só aconteceu em 2005. Não só isso: os EUA abandonaram o acordo em 2001.

Stakeholders: Pessoas, empresas ou instituições que têm algum tipo de interesse na gestão e nos resultados de um projeto ou organização, influenciando ou sendo influenciadas – direta ou indiretamente – por ela.

UNFCCC: Sigla em inglês que significa *United Nations Framework Convention on Climate Change* (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), tem o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência humana perigosa no sistema climático.

gpabr.com/sustentabilidade/